

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Deputado Federal Nilto Tatto
PT-SP

Separata

Objetivos do
Desenvolvimento Sustentável

Deputado Federal Nilto Tatto

PT-SP

Sumário

| | |
|--|----|
| Apresentação | 4 |
| Os Objetivos do Milênio (ODM) | 5 |
| Dos ODM aos ODS. Para quê servem? | 6 |
| Quem tem obrigação de tornar os ODS realidade? | 6 |
| Quais são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável | 7 |
| Objetivo 1. Acabar com a pobreza..... | 8 |
| Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar. | 9 |
| Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável..... | 10 |
| Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade. | 13 |
| Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero..... | 15 |
| Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade de água e saneamento. | 15 |
| Objetivo 7. Assegurar o acesso à energia..... | 17 |
| Objetivo 8. Promover o crescimento econômico..... | 18 |
| Objetivo 9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. | 20 |
| Objetivo 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles..... | 21 |
| Objetivo 11. Tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. | 22 |
| Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis..... | 23 |
| Objetivo 13. Combater a mudança do clima e seus impactos..... | 25 |
| Objetivo 14. Conservar os oceanos, mares e recursos marinhos. | 26 |
| Objetivo 15. Proteger e recuperar os recursos naturais. | 27 |
| Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas..... | 29 |
| Objetivo 17. Revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. | 30 |

Apresentação

Em setembro de 2000, representantes de 189 países-membros das Nações Unidas juntaram-se para refletir a propósito do destino comum da humanidade. Na sede das Nações Unidas, acontecia a Cúpula do Milênio.

As lideranças mundiais precisavam lidar com dilemas importantes. A globalização permite e promete um mundo de acessos virtualmente ilimitados, mas a realidade das pessoas, das regiões e dos países é muito diferente. A desigualdade, sim, é uma marca mundial. A prosperidade, as oportunidades, a tecnologia e o conforto contrastam com a miséria, a fome, a saúde precária, a violência, as poucas oportunidades de estudo e trabalho.

Para começar a dar uma resposta a tudo isso, os dirigentes reunidos na Cúpula em 2000 elaboraram a Declaração do Milênio, que é um conjunto de prioridades coletivas para paz e segurança, luta contra a pobreza, meio ambiente e direitos humanos.

Esta publicação visa disseminar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, pois estão muito alinhados com o propósito da minha atuação política. Acredito que é importante que todas as pessoas tenham acesso a este debate, que aponta para a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Boa leitura!



Deputado Nilto Tatto PT-SP

Os Objetivos do Milênio (ODM)

Mas como a comunidade internacional poderia tornar realidade tais prioridades? Após reuniões com representantes de diversos organismos internacionais, a delegação elaborou um plano para um futuro melhor: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Houve um comprometimento, por parte desses dirigentes, de que, até 2015, o mundo faria avanços mensuráveis nas áreas mais críticas do desenvolvimento humano.

São compromissos com a busca conjunta de soluções para problemas comuns – grandes problemas que dizem respeito a cada um de nós, mas que ninguém é capaz de resolver sozinho.

Por isso, organizações governamentais e não governamentais de muitos países discutem e estabelecem pontos de acordo sobre quais os problemas devem ser enfrentados conjuntamente, quais as prioridades, e aonde se quer chegar.

Os seguintes objetivos foram estabelecidos para serem alcançados até 2015:

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade entre os性os e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade na infância
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental

Em 2015, parte destes objetivos tinha sido alcançada por alguns países, melhorando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, afirmou em julho de 2015 que:

“sabemos que a extrema pobreza pode ser erradicada dentro de uma geração”

“Os ODM têm contribuído grandemente para esse progresso e nos ensinaram como os governos, empresas e sociedade civil podem trabalhar juntos para conseguir avanços”

Mas os resultados foram desiguais, os desafios permaneciam, e os compromissos precisavam ser renovados. A evolução disso resultou nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os ODM estão incorporados nos ODS. A diferença é que os ODS vão além dos ODM e incluem na agenda a preocupação com o meio ambiente, porque ele é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e porque a degradação ambiental em todo o mundo traz muitos riscos à vida, inclusive a humana.

Dos ODM aos ODS. Para quê servem?

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, assim como os ODM são compromissos para a construção de um mundo melhor.

Em 2015, mais de 150 líderes mundiais participaram da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Na ocasião, elaboraram 17 objetivos e 169 metas que vinham sendo discutidas em fóruns internacionais desde 2012 (na Rio+20). Firmaram, assim, o compromisso de trabalhar para tornar os ODS uma realidade em seus países.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável servem como uma bússola, dando a direção para a qual os esforços devem ser concentrados visando promover a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e uma governança democrática. Ao mesmo tempo, sendo um protocolo de acordos, eles servem também para forçar os países a tomarem providências e mostrarem resultados em relação aos objetivos e metas até 2030.

Quem tem obrigação de tornar os ODS realidade?

Transformar os ODS em realidade, que mude pra melhor a vida dos seres humanos em todas as partes do mundo, é um desafio que diz respeito a cada um de nós.

Por parte de cada cidadão, cabe se informar, participar e contribuir em iniciativas que persigam, de forma organizada, os objetivos comuns. Cabe também cobrar dos governantes que incorporem os ODS em suas agendas de governo.

As prefeituras têm papel importante na realização de uma parte dos objetivos. Por exemplo, diminuir a emissão de gases que causam as mudanças climáticas depende, em grande parte, de diminuir o uso dos carros particulares nas cidades e, para isso, precisam melhorar o transporte público. Esta é uma responsabilidade das prefeituras, assim como cuidar de áreas verdes e do destino adequado para o lixo, por exemplo.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Outras ações são de responsabilidade do governo estadual. Por exemplo, o governo estadual é o responsável pelo abastecimento de água e pelo saneamento. Também administra trens e metrôs, importantíssimos para diminuir a poluição causada pelos carros. Nas escolas públicas, o único responsável pelo ensino médio é o governo do estado.

Os governos estaduais e o governo federal têm papel fundamental, pois eles são responsáveis por ações em grande escala: políticas públicas que afetam a vida de milhões de pessoas; campanhas de conscientização; obras que podem criar ou resolver problemas ambientais importantes; ações que podem ajudar a conservar matas, rios, reservatórios de água; decisões e políticas que podem aumentar ou diminuir o volume de gases de efeito estufa que lançamos na atmosfera.

Em muitas outras áreas, os governos municipais, estaduais e o federal devem assumir suas responsabilidades e contribuir para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Muitas ações precisam da cooperação entre Municípios, Estados e União, para serem efetivas.

Você, como cidadã e cidadão, pode e deve estar atento a isto:

- Ajudando a eleger candidatos que mostrem uma boa visão de futuro e compromissos com a qualidade de vida e do ambiente;
- Participando de coletivos e conselhos municipais para cobrar de seus prefeitos e vereadores, os compromissos assumidos;
- Acompanhando as ações do governo estadual e federal, e cobrando ações que promovam justiça social, conservação ambiental e qualidade de vida para todos.

As organizações da sociedade civil também têm papel importante porque realizam projetos que complementam as ações do Estado. Elas acabam assumindo parte da obrigação do Estado e prestam serviços públicos importantes para a comunidade.

Quais são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Para que os Objetivos sejam compreendidos de forma mais concreta e para orientar as ações que buscam realizá-los, eles são traduzidos em metas.

Como os objetivos são muito amplos, as metas traduzem um esforço de dividir os desafios em partes para definir ações concretas. A ideia é que se todas as metas de

cada objetivo forem atingidas, então o objetivo pode ser considerado alcançado de forma completa. Se algumas metas forem atingidas e outras não, o objetivo terá sido alcançado em parte.

Os objetivos e as metas definidas na ONU são apresentados a seguir de forma simplificada e resumida. O texto original pode ser consultado no site do PNUD (<http://www.pnud.org.br>).

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

A extrema pobreza é definida por convenção internacional. As pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia são consideradas extremamente pobres (o que corresponde hoje a aproximadamente R\$4,50). *A meta é tirar todas as pessoas da extrema pobreza até 2030, em todo o mundo.*

A pobreza é definida de diferentes formas em cada país. *A meta é reduzir à metade a proporção de pessoas vivendo na pobreza.* Para isso, sistemas de proteção social devem atender a todos os pobres e vulneráveis, e protegê-los de eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.

No Brasil, o governo entende que a pobreza não é só uma questão de renda. A alimentação adequada, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, e inserção no mundo do trabalho são algumas das dimensões em que a pobreza se manifesta. O Brasil, com os programas de inclusão social como Bolsa Família e outros, teve muito sucesso no combate à pobreza e à extrema pobreza.

O programa Brasil Sem Miséria foi lançado em 2011, com o objetivo de acabar com a extrema pobreza até o final de 2014. O programa contém uma série de políticas e ações para dar condições de vida digna e autonomia para as pessoas vulneráveis.

Todas as metas do Brasil Sem Miséria foram alcançadas, e hoje o país é referência mundial em políticas públicas de combate à pobreza e exporta este conhecimento.

Em 2000, de cada 100 pessoas, 25 estavam na pobreza ou na extrema pobreza. Em 2012, este número caiu para 3, graças aos programas do governo federal.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável.

A fome ou a insegurança alimentar ainda afligem 800 milhões de pessoas em todo o mundo. *A meta é acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano, até 2030.* Além disso, todas as formas de desnutrição devem acabar, dando atenção às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

O Brasil saiu do Mapa da Fome da ONU em 2014. O país reduziu de forma drástica a desnutrição e a subalimentação nos últimos anos, garantindo que mais de 98% da população tenha acesso a alimentos e segurança alimentar. Isso foi resultado de um conjunto de políticas públicas:

- apoio à agricultura, que aumentou a oferta de alimentos: em 10 anos, a disponibilidade de calorias para a população cresceu 10%;
- política de valorização do salário mínimo (que teve aumento real de 71,5%) e geração de 21 milhões de empregos, que aumentaram a renda dos mais pobres;
- Programa Bolsa Família, beneficiando 14 milhões de famílias;
- Merenda escolar: 43 milhões de crianças e jovens com refeições;
- Governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Para isso, é importante *dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos*, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro

e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não-agrícola.

Hoje, em todo o mundo, muitos pequenos agricultores têm acesso apenas a áreas de plantio onde o solo é fraco, os recursos naturais como as matas e rios estão desgastados, e estão sujeitos a inundações e outros desastres. Além disso, têm poucos recursos e tecnologia para melhor produzir. Por isso, as metas incluem *melhorar as condições em que estes agricultores produzem, recuperando ou conservando os recursos naturais, melhorando a infraestrutura, os serviços de apoio à produção, e fortalecendo sua capacidade de adaptação às mudanças climáticas.*

Outro problema que os pequenos produtores de alimentos enfrentam é a perda da diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados. Outra meta é, até 2020, com esforços de grande urgência, recuperar ou manter a diversidade genética e os conhecimentos tradicionais, garantindo que os benefícios desta diversidade e destes conhecimentos sejam repartidos de forma justa.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

As crianças e as mulheres grávidas são as mais vulneráveis em situações precárias. O número de mulheres que morrem no parto ou logo depois dele, e o número de crianças que morrem antes de completarem 5 anos de idade ainda é alto em muitas partes do mundo.

As mortes refletem a situação de saneamento básico, a qualidade do sistema de saúde, a disponibilidade de remédios e vacinas, o acompanhamento médico, alimentação adequada, entre outros fatores importantes para a saúde da população. Por isso, há metas para reduzir a *taxa de mortalidade materna* e a *taxa de mortalidade infantil* em todo o mundo.

No Brasil, tanto a taxa de mortalidade infantil quanto a de mortalidade materna caíram de forma importante, tendo o país atingido os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio antes do prazo acordado (que era 2015).

Esses resultados foram alcançados porque o governo criou uma rede de atendimento e acompanhamento para a gravidez, o parto e a primeira infância, melhorando os programas de saúde da família em todas as regiões do país, e passando a atender às populações mais pobres.

Muitas mortes podem ser evitadas com ações preventivas que impeçam a transmissão de doenças que são epidemias mundiais. A meta é, até 2030, *acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, moléstias transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis.*

A saúde e o bem-estar de mulheres e crianças estão muito relacionados às condições sociais em que acontecem a gravidez. É direito das mulheres decidir sobre isso, e é importante que todos os jovens tenham todos os conhecimentos necessários para garantir que a gravidez seja desejada e segura. Por isso, a meta é, até 2030, *garantir que todas as pessoas tenham acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.*

Todas as pessoas têm direito aos serviços adequados de saúde. Por isso, a meta é *atingir a cobertura universal de saúde, incluindo o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.*

No Brasil, a Constituição prevê que a saúde é um direito do cidadão e um dever do Estado.

O SUS é resultado de um grande esforço para garantir os serviços gratuitos de qualidade para todos os cidadãos, e é de responsabilidade compartilhada entre União, Estados e Municípios.

Em pouquíssimos países do mundo há serviços de saúde gratuitos para qualquer pessoa. O SUS está não só nos postos de saúde e hospitais mas, também, na assistência social que visita as famílias, na inspeção que combate o

Aedes Egypti, no controle de preços e na cobertura dos planos privados, no resgate do SAMU ou dos bombeiros, na imunização e muito mais.

Ainda há muitos problemas, mas o país avançou nos últimos anos. Os investimentos públicos para saúde aumentaram por parte do governo federal, e também por parte de Estados e Municípios, que são obrigados por lei a destinar 12% e 15%, respectivamente, de seu orçamento, para saúde.

É importante que a sociedade acompanhe o uso destes recursos, fiscalizando, evitando fraudes e desvios.

Diante da declaração de emergência internacional em relação à doença, apresentei projeto de lei (PL 4485/2016) para obrigar os planos de saúde a cobrirem exames, diagnósticos e tratamentos de qualquer epidemia, incluindo dengue, chikungunya e zika vírus.

Em muitos ambientes, nas cidades e no meio rural, muitas pessoas estão expostas à contaminação ou poluentes que fazem mal à saúde e podem até matar. A meta é, *até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças causadas por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.*

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo. Precisamos reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos defensivos e insumos usados na agricultura, pois estamos abusando de substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente.

Não só os agricultores, mas também toda a população que consome os produtos contaminados está exposta e pode sofrer problemas de saúde relacionados a esses venenos.

Como relator, recomendei a rejeição de um projeto de lei (PL 1.176/2015) na Câmara dos Deputados que fragilizava o controle sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos.

Fui também relator, e recomendei a aprovação de um projeto de lei (PL 1.687/2015) que visa estimular o uso de agrotóxicos de baixa periculosidade, que são aqueles com pouca ou nenhuma toxicidade ao ser humano e ao meio ambiente, custo reduzido para o produtor rural e eficiência agronômica comprovada. O projeto prevê o financiamento de pesquisas científicas e tecnológicas, incentivos à produção e distribuição e incentivos ao uso destes produtos, inclusive com linhas de crédito específicas.

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

No mundo, ainda é grande a quantidade de crianças e jovens fora da escola ou que não têm acesso à educação de qualidade. Por isso, os países se comprometem em garantir que, até 2030, *todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.*

No Brasil, ainda há muitas crianças com menos de 6 anos fora da escola. Este é um grande desafio, e se tornou uma obrigação dos municípios, a partir de 2016, garantir a educação pré-escolar adequada a esta faixa etária.

O abandono da escola no ensino médio é outro desafio a ser enfrentado, com mais investimentos, atualização dos métodos e melhoria da qualidade do ensino.

Para que todas as pessoas tenham autonomia e opções de inserção decente no mundo do trabalho, é necessário *garantir a igualdade de acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.*

Nos últimos anos, a proporção de adultos que não concluíram o ensino médio também caiu muito nos últimos anos. A oferta de cursos de ensino técnico cresceu muito em todas as regiões do país. Só no PRONATEC (do governo federal) são mais de 11 milhões de matrículas. O acesso ao ensino superior também cresceu, com mais oportunidades para jovens negros e pobres.

Para a construção de um mundo mais justo e sustentável em todos os lugares, a educação deve *incluir direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura.* Esta é uma meta a ser perseguida em todo o mundo, pois sabe-se que preparar cidadãos para aceitar a diferença e conviver com ela, respeitando todas as pessoas, é o ponto de partida para uma sociedade mais pacífica e justa.

A educação pública no Brasil avançou muito, de acordo com as avaliações internacionais. O Brasil é um dos países onde houve o maior crescimento da proporção do investimento público voltado para a educação. No ano de 2000, os investimentos em educação básica no Brasil correspondiam a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2012, esta proporção aumentou para 4,7% do PIB. Nos países da OCDE (grupo que reúne os países mais ricos do mundo), a média foi de 3,7%.

Apesar de ter melhorado muito no acesso à educação (mais gente na escola) e na quantidade e adequação de livros utilizados em sala de aula e o no uso de computadores e softwares para fins pedagógicos, os estudantes brasileiros apresentam baixo nível de conhecimentos básicos, como matemática, português e ciências, por exemplo.

Ainda há muito o que avançar para que todas as pessoas, de todas as idades, tenham uma educação de qualidade, em todas as regiões no Brasil.

É muito importante que a população cobre dos governos os compromissos com a educação. É importante também entender que prefeituras, governo estadual e governo federal têm diferentes responsabilidades na educação pública – é preciso saber o quê cobrar de cada um deles.

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Mulheres e meninas sofrem opressão, discriminação e violência em muitas partes do mundo. É preciso *acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte e eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos, e os casamentos forçados.*

É preciso *reconhecer e valorizar o trabalho doméstico não remunerado, e promover a responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família.*

Na política e no mercado de trabalho as mulheres ainda são menos reconhecidas e menos valorizadas. É preciso *garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.*

A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas deve ter o suporte de *políticas sólidas e legislação adequada.*

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Saúde e bem-estar dependem do acesso à água em quantidade e qualidade adequadas, e de um ambiente limpo. Por isso a meta é, até 2030, *garantir que todos tenham acesso à água potável, segura e acessível; e ao saneamento e higiene adequados.*

É necessário *melhorar a qualidade da água reduzindo a poluição, eliminando despejo de produtos químicos e materiais perigosos, além de reduzir pela metade a*

proporção de águas residuais não tratadas, e aumentar a reciclagem e reutilização segura da água.

No Brasil, a disponibilidade de água é diferente em cada região. A natureza cria situações distintas, mas a maneira como a água é usada, distribuída e cuidada pela sociedade são também determinantes.

Na região do semiárido nordestino, por exemplo, a seca dos últimos anos não lançou as pessoas em situação de penúria como em décadas anteriores, pois tem sido enfrentada com cisternas, caminhões-pipa, assistência técnica para a produção, e outras ações.

Em São Paulo, ao contrário, onde as secas nunca foram tão severas, a má gestão por parte do governo estadual, privilegiando o lucro da empresa de água, gerou muitas dificuldades para a população.

Água é essencial à vida e, como tal, é um direito do cidadão. O poder público não pode tratá-la como mercadoria, visando o lucro acima de tudo.

Em meu mandato, venho acompanhando de perto a crise hídrica no estado de São Paulo. Fiz parte da Comissão Especial sobre os efeitos da Crise Hídrica, e promovi um seminário em Registro (SP) para informar e discutir com a sociedade a transposição de águas da bacia do Rio Ribeira de Iguape para a Região Metropolitana de São Paulo, e um seminário na Assembleia Legislativa para debater os diversos aspectos da má gestão dos recursos hídricos no estado de São Paulo.

Os espaços onde a água é produzida e armazenada precisam estar equilibrados. Por isso, é necessário *proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos.*

A participação da comunidade na gestão da água é importante para que todos os usos sejam equilibrados e para que a coletividade contribua na manutenção da qualidade da água. Por isso, é necessário apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, melhorando a gestão da água e do saneamento.

No Brasil, a legislação prevê que, em cada bacia hidrográfica, a gestão seja acompanhada de perto pelo Comitê de Bacia. Estes comitês devem ser espaços democráticos, com a participação efetiva dos diferentes grupos sociais.

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.

As atividades humanas só são possíveis com o uso de uma ou mais formas de energia (eletricidade, combustíveis líquidos, madeira etc.).

Em algumas partes do mundo, há comunidades que não têm acesso seguro à energia para funções básicas, como cozinhar, se aquecer, para transporte e locomoção. A meta é, *até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e, a preços acessíveis, a serviços de energia.*

As energias não-renováveis (carvão, gás natural, diesel, gasolina, e todos os derivados do petróleo), além de não serem sustentáveis porque não podem ser restauradas, são muito poluentes e têm uma contribuição importante nas mudanças climáticas. Por outro lado, as *energias renováveis* são menos poluentes e não se esgotam e, por isso, é preciso *aumentar sua participação na matriz energética global.*

O Brasil tem uma participação relativamente alta de fontes renováveis em sua matriz energética. O etanol, é um exemplo. As hidroelétricas (que convertem o movimento da água dos rios em eletricidade), por sua vez, geram um conjunto de problemas sociais e ambientais, mas são uma fonte importante de energia no Brasil. Recentemente, têm aumentado os investimentos em energia eólica (transformação do movimento dos ventos em eletricidade) e fotovoltaica (transformação da energia solar em eletricidade). O país tem grande potencial nestes dois tipos de energia, que têm muitas vantagens do ponto de vista

ambiental e podem gerar muitos empregos nas fabricação, instalação e manutenção dos equipamentos.

Desde 2012 os brasileiros já podem gerar sua própria eletricidade por fontes renováveis, como a energia solar fotovoltaica, reduzindo os custos da conta de luz. Com esta possibilidade, o poder público pode dar o exemplo à sociedade e incentivar a instalação de sistemas solares, o que irá reduzir suas emissões e economizar parte dos recursos que gasta hoje com a compra de eletricidade. Em prédios públicos como escolas e hospitais, por exemplo, essa economia na conta de luz pode ser revertida para cobrir outras despesas necessárias. Por isso, apresentei, em 2015, Emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias, prevendo a aquisição e instalação de sistemas de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica em equipamentos e prédios públicos.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Em todo o mundo, a crise econômica tem reduzido o crescimento e os empregos. Este é um problema que afeta de maneiras diferentes quase todos os países, e cada um vem buscando suas soluções. Porém, crescer e gerar empregos não será suficiente para termos as condições de vida preservadas no planeta, no longo prazo. É preciso melhorar os empregos, produzir mais com menos recursos e utilizar melhor os recursos naturais.

Por isso, uma das metas mundiais é *atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização*

tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e intensivos em mão-de-obra.

Outra meta mundial é *promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.*

A inserção de jovens com boa qualificação no mercado de trabalho é chave para um futuro melhor em todas as partes do mundo. Por isso, há metas para *reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação e acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas até 2025.*

Uma das estratégias mundiais para conciliar geração de emprego com conservação ambiental e qualidade de vida é estimular o turismo sustentável. Assim, uma das metas é conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais.

O Brasil é rico em recursos naturais, belas paisagens e diversidade cultural. São trunfos que podem ser usados para exploração turística de forma sustentável, e de maneira que as comunidades locais sejam protagonistas. Há boas experiências no Brasil (por exemplo, com comunidades quilombolas no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo) que podem ser multiplicadas e aprimoradas.

Objetivo 9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

O objetivo, em todo o mundo, é aumentar significativamente a participação da indústria no PIB, pois aí estão os melhores empregos.

É preciso fazer isso de maneira que as pequenas indústrias também tenham estímulo e apoio; que ocorra a diversificação industrial e maior agregação de valor em toda a economia; e que as indústrias adotem tecnologias sustentáveis – mais eficientes no aproveitamento dos recursos e menos poluentes.

Para isso é necessário melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, fortalecendo a pesquisa científica e incentivando a inovação.

É necessário também que a infraestrutura (estradas, ferrovias, portos, energia, comunicação etc.) seja criada ou melhorada, ou modernizada, para que seja confiável e sustentável em todos os lugares.

No Brasil, nos últimos anos, investiu-se pesadamente em infraestrutura, que foi um dos focos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Todas as atividades econômicas dependem de uma boa infraestrutura para que o produto final seja viável. Muitos gargalos foram ou estão sendo resolvidos, mas é preciso continuar com estes investimentos.

Ainda há um longo caminho para que o país conte com um bom sistema de inovação, que permita o desenvolvimento de tecnologias avançadas para o aproveitamento adequado dos nossos recursos naturais. Temos na biodiversidade um grande potencial para desenvolver a indústria (por exemplo, remédios e cosméticos, novos materiais, resinas, compostos químicos etc.)

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.

Para reduzir a desigualdade dentro de cada país, é necessário que a renda dos mais pobres cresça proporcionalmente mais do que a renda geral, inclusive adotando política salarial.

Promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra, e garantir a igualdade de oportunidades, inclusive pela adequação na legislação e através de políticas públicas.

Para reduzir a desigualdade entre os países, é necessário controlar o mercado e as instituições financeiras globais. Bancos e empresas de investimento são os que mais ganham dinheiro, muitas vezes sem produzir nada e sem pagar impostos. Movimentam suas finanças por todo o planeta, deixando pouca ou nenhuma riqueza nos países que exploram. A maior parte destas instituições tem suas sedes nos países centrais. Por isso, o mercado financeiro internacional é uma das principais maneiras pelas quais a riqueza se concentra em poucos países, na mão de poucas pessoas.

É necessário também tratar de forma diferenciada os países no comércio internacional, considerando que a desigualdade entre os países desequilibra a competição e as negociações.

O Brasil, depois de séculos de submissão aos países desenvolvidos, construiu uma posição de protagonismo no cenário internacional que pode abrir espaço para outro tipo de inserção no mercado mundial. A construção do bloco do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) é um passo importante para fortalecer a autonomia e os laços de colaboração entre países não-centrais.

Em muitos países do mundo, as pessoas não encontram condições de trabalhar ou sobreviver. Em situações assim, pode acontecer a migração para outros países, muitas vezes em condições de risco para as pessoas. É preciso facilitar a migração segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

O Brasil vem apoiando a migração e criando condições de acolhimento para imigrantes, num esforço de solidariedade para com todos os povos mais necessitados. O país sempre foi formado por imigrantes, e reconhecemos aí a fonte da nossa riqueza cultural.

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

A qualidade de vida depende muito da qualidade do ambiente no qual as pessoas habitam, e pelos quais transitam. Para que o mundo se torne mais sustentável e para que as pessoas vivam bem é necessário garantir a todos: habitação segura, adequada e a preço acessível; acesso aos serviços básicos; acesso a transporte seguro, sustentável e a preço acessível para todo; acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes.

Nas grandes cidades e, particularmente em suas periferias, o ambiente pode ser muito hostil, e qualidade de vida pode custar muito caro. Entre outras dificuldades, ter uma moradia decente pode ser inalcançável para muitas famílias de baixa renda.

No Brasil, o Programa Federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) está mudando a perspectiva de acesso à moradia para milhões de brasileiras e brasileiros. Em todos os cantos do país, em cidades pequenas, médias e grandes se veem os resultados do maior programa de habitação popular da história.

Como deputado federal, relatei um projeto de lei (PL 3.440/2015) que sugere modificações no MCMV, prevendo espaço para implementação de atividades voltadas para a geração de trabalho e renda para os moradores de conjuntos habitacionais do programa. Recomendei a aprovação do PL, acrescentando que os empreendimentos deveriam também prever adequação ambiental: gestão de resíduos sólidos (lixo); reaproveitamento da água de chuva; reuso de águas servidas; utilização de energia solar, além do incentivo à

organização social, com a destinação de espaço físico para atividades de lazer, culturais, esportivas e de formação.

A presença dos seres humanos não pode resultar na destruição ambiental dos espaços e recursos naturais. Por isso, devem ser fortalecidos os *esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo* e reduzir o impacto ambiental negativo das cidades, inclusive prestando especial atenção à *qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros*.

Como relator, fui favorável à aprovação de um projeto de lei (PL 1.195/2015) que estabelece que, a cada criança que nasce, uma árvore deve ser plantada, preferencialmente em área urbana. Se aprovado como lei, o resultado deve ser muito positivo, melhorando a qualidade de vida local. A arborização urbana tem funções importantes como propiciar sombra, purificar o ar, amenizar o clima, atrair aves, diminuir a poluição sonora, embelezar a paisagem e, principalmente, diminuir o impacto das chuvas, por contribuir com o balanço hídrico, o controle de erosões, a absorção da água das chuvas pelo solo e a consequente prevenção de enchentes.

É necessário também *apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento*.

As cidades e assentamentos humanos deverão ser, cada vez mais, inclusivas e eficientes do ponto de vista ambiental, e estar preparadas para prevenir e minimizar os efeitos de catástrofes, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

As formas de produção e consumo devem ser adaptadas no sentido reduzir a pressão sobre os recursos naturais de que o planeta dispõe, e não comprometer os serviços ambientais que a natureza provê (purificação da água e do ar, degradação de resíduos, etc.).

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Para isso, é necessário aumentar a eficiência no uso e na gestão dos recursos naturais, reduzindo desperdícios e melhorando tecnologias.

Em todo o mundo, quantidades enormes de alimentos são desperdiçadas nos processos de produção, processamento, distribuição e consumo. A meta é reduzir pela metade este desperdício.

Produtos químicos e seus resíduos precisam ser manejados de forma segura e ambientalmente saudável, para que não sejam liberados inadequadamente no ar, na água e no solo.

A quantidade de lixo pode comprometer o ambiente em muitos lugares. Por isso, é necessário *reduzir a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização*.

É necessário também *incentivar as empresas*, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a *adotar práticas sustentáveis*, assim como os governos devem *promover práticas de compras públicas sustentáveis*, incluindo critérios ambientais na contratação de fornecedores.

Para tudo isso acontecer, é necessário que as sociedades compreendam a importância da sustentabilidade. A meta é garantir, até 2030, *que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza*.

Algumas atividades são particularmente interessantes nesta agenda. Por exemplo, o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais, além de favorecer o conhecimento e a conscientização.

Considerando a importância da conscientização de todos os cidadãos sobre os desafios da sustentabilidade, e considerando a escassez de recursos para a educação ambiental, recomendei a aprovação do projeto de lei (PL 1.228/2015) que institui o Fundo Nacional de Educação Ambiental.

O projeto prevê que os recursos sejam utilizados para atividades que incluem a coleta seletiva, o gerenciamento de resíduos sólidos, a organização dos catadores de resíduos, o consumo ecoeficiente, a capacitação e o treinamento para o fortalecimento dos conselhos ambientais, a recuperação e a restauração ambiental, o manejo sustentável da

sociobiodiversidade, as estratégias para eliminar a degradação ambiental, o monitoramento ambiental e as ações de comunicação e educação em unidades de conservação e afins.

São todas atividades por meio das quais o indivíduo e a coletividade desenvolvem uma cultura de proteção ao meio ambiente.

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.

As mudanças climáticas são uma realidade, e estão sendo estudadas e verificadas em todos os cantos do planeta. Elas causam mudanças no regime de chuvas, na temperatura, podem alterar as condições de produção da agricultura, e provocar inundações e outras catástrofes naturais.

As ações para minimizar as causas (reduzindo a emissão de gases de efeito estufa) e para adaptar os países aos efeitos das mudanças devem ser integradas às políticas, estratégias e planejamentos nacionais. É preciso aumentar a capacidade de adaptação aos riscos.

O Brasil foi protagonista nas negociações do clima, e contribuiu para que o acordo mundial fosse construído em 2015. Em abril de 2016, o Acordo de Paris foi assinado na ONU por 180 países. Agora, o desafio é implementar as ações previstas, e atingir os objetivos. O Brasil precisa continuar no seu papel de protagonista durante o processo de implementação da agenda de enfrentamento às mudanças climáticas no país.

A sociedade brasileira terá o desafio de pressionar o Congresso Nacional para que ratifique o acordo, a fim de que as resoluções tenham força de lei dentro do país, para que não virem letra morta.

Sou autor, juntamente com o deputado Leonardo Monteiro do Partido dos Trabalhadores, de um projeto de lei (PL 3280/2015) que atualiza a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O projeto transforma em lei, ou seja, torna

obrigatórios, os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris que preveem a restauração, em todos os biomas nacionais, de, no mínimo, 12 milhões de hectares de áreas degradadas; 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e a integração 5 milhões de hectares de lavoura-pecuária-florestas.

Em outubro de 2015, antes do encontro da COP21 em Paris, publiquei artigo pela Fundação Friedrich Ebert intitulado “As Responsabilidades Brasileiras frente ao Desafio do Clima”. A íntegra do texto pode ser consultada em <http://bit.ly/1WF1bnD>.

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.

O nível de poluição dos mares e oceanos, e a degradação da vida marinha é grande, com consequências que a ciência ainda não pode prever. Mantê-los saudáveis é importante para muitos ciclos naturais que afetam a vida em todo o planeta.

Por isso, é necessário *prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.*

Outra meta é, até 2020, *regular a coleta, e acabar com a sobre-pesca, ilegal, e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível.*

Os maiores impactos na biodiversidade marinha são causados pela poluição e por grandes empresas pesqueiras, muitas vezes deixando sem recursos as comunidades de pequenos pescadores. É preciso *proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados.*

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade.

Muitos ecossistemas da Terra estão ameaçados. Não apenas as espécies que neles vivem, mas também os serviços ambientais podem deixar de existir, e as consequências para a vida em geral, incluindo a vida humana, podem ser desastrosas.

Por isso, a meta é, *até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce e seus serviços, em especial, florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais; estancar a perda de biodiversidade e evitar a extinção de espécies ameaçadas.*

Em relação às florestas, é necessário fazer a *gestão sustentável, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento.*

O Brasil conseguiu, nos últimos anos, combater o desmatamento, diminuindo o seu ritmo de forma significativa, através de um conjunto de ações do governo federal.

Daqui pra frente, devemos trabalhar para zerar o desmatamento em território nacional e temos condições de fazer isto sem comprometer as atividades econômicas.

No primeiro ano de meu mandato, apresentei Iniciativa Legislativa para que o Governo Federal criasse uma política de compra de sementes e mudas de espécies nativas para reflorestamento, sendo os principais fornecedores os agricultores familiares e as populações tradicionais. O objetivo é fortalecer a cadeia de restauração florestal com geração de trabalho e renda para estes grupos que conhecem as espécies nativas e sabem cultivá-las. A proposta foi

incorporada ao Plano Safra da Agricultura familiar 2016-2017.

Também recomendei, como relator, a aprovação do projeto de lei 1.548/2015, que cria uma lei própria para as Reservas do Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que são Unidades de Conservação criadas pela vontade do proprietário rural. No momento que decide criar uma RPPN, o proprietário assume compromisso com a conservação da natureza, protegendo áreas dentro de sua propriedade particular.

O projeto também cria estímulos econômicos para que mais proprietários implantem novas RPPN que, assim como outras Unidades de Conservação, são importantes para proteger recursos hídricos, manter o equilíbrio dos fenômenos climáticos e outros serviços ambientais, servir de habitat para diversas espécies, e desenvolver a pesquisa científica.

No estado de São Paulo, por exemplo, a escassez de água enfrentada em 2014 e 2015 foi consequência direta da destruição das matas e florestas que produzem e armazenam a água.

Outra meta é, até 2030, combater a desertificação, e restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para zerar a degradação do solo.

A biodiversidade é fundamental para o funcionamento dos ecossistemas, mas é também fonte de conhecimentos e recursos que podem ter aproveitamento econômico (por exemplo, para produção de medicamentos, matérias-primas para indústria, produtos de valor nutricional etc.). Por isso, uma das metas é *integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza.*

Os povos e as populações tradicionais que habitam zonas costeiras e florestas (índios, ribeirinhos, quilombolas etc.) desenvolveram formas de manejo sustentáveis de explorar os recursos naturais presentes nos ecossistemas, dos quais dependem para sobreviver. Sua maneira de vida e seus conhecimentos são, em grande medida, responsáveis pela preservação e reprodução de muitas

espécies nativas. Há contudo, grandes empresas interessadas nestes recursos e conhecimentos, para exploração econômica, e as condições disputa com as comunidades locais é, evidentemente, desequilibrada. Por isso, uma preocupação mundial é *garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, e promover o acesso adequado aos recursos genéticos.*

O Brasil é signatário dos acordos internacionais que visam garantir acesso à repartição justa dos benefícios da biodiversidade, mas é necessário avançar na legislação nacional e em políticas públicas para garantir os direitos e benefícios para estas populações, frente aos interesses das grandes empresas.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

As diferentes formas de violência e as mortes a elas relacionadas precisam diminuir, em todos os lugares do mundo.

Reducir a violência em todas as suas formas envolve: *acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças; combater todas as formas de crime organizado; promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.*

A segurança de todos depende da existência de *instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis* (municipal, estadual e federal); da garantia das *liberdades fundamentais e do acesso público à informação*; da garantia de que as decisões são tomadas de forma *inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis*; e do combate a todas as formas de *corrupção*.

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Entre os meios necessários para promover o desenvolvimento sustentável em todos os países, destacam-se: os recursos financeiros, a tecnologia e o conhecimento, e oportunidades mais equitativas de inserção no mercado mundial. Estes meios são, contudo, distribuídos de forma muito desigual entre os países, e isso é um obstáculo importante para a construção um mundo mais justo e sustentável.

Por isso, há metas mundiais que incluem:

- A *Ajuda Oficial para o Desenvolvimento* (AOD), que deve ser de 0,7% da Renda Nacional Bruta dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento; a mobilização de outros recursos financeiros adicionais; a promoção de *investimentos* para os países menos desenvolvidos e a ajuda para que os países em desenvolvimento reduzam o super-endividamento, ou financiem, reduzam e reestruuturem suas dívidas.
- A melhoria da cooperação entre os países para compartilhar conhecimento e aumentar o acesso à ciência, tecnologia e inovação; a transferência, a disseminação e a *difusão de tecnologias ambientalmente corretas* para os países em desenvolvimento.
- O reforço do apoio internacional para a *capacitação* em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável.
- Um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, *não discriminatório* e *equitativo* no âmbito da Organização Mundial de Comércio, de maneira que os países em desenvolvimento possam aumentar suas exportações.

Biografia

Nascido em Frederico Westphaelen, no Rio Grande do Sul, Nilto Tatto, ainda criança, migrou para Corbélia, no Paraná, onde viveu até a adolescência, ajudando a família em uma pequena propriedade rural.

Em 1978, com 14 anos de idade, veio com a família para Capela do Socorro, periferia da região Sul de São Paulo e ingressou na Pastoral da Juventude por meio das Comunidades Eclesiais de Base.

Esse foi o berço de sua atuação nos movimentos sociais em defesa da saúde, educação, moradia, transportes, cultura, meio ambiente, direitos humanos, dentre outros.

A intensa atuação social aproximou Nilto Tatto, das lutas sindicais do final dos anos 1970 e início da década de 1980, e o levou a ingressar no Partido dos Trabalhadores (PT), onde se transformou numa das principais referências na área socioambiental.

Nilto foi líder estudantil no início da década de 1980, período em que cursou Estudos Sociais na Faculdade Osec. Lecionou na rede pública e se especializou em Administração para Organizações Não Governamentais na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Entre 1983 e 1994, administrou o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), instituição que assessorava o movimento de trabalhadores do campo, operário, indígena e de educação popular.

No Cedi atuou na capacitação administrativa para o Conselho Nacional dos Seringueiros em Rio Branco (AC), na época liderado por Chico Mendes, e para a União das Nações Indígenas em São Paulo e no Acre, liderado por Ailton Krenak.

Em 1987, ajudou a fundar a Espaço de Formação Assessoria e Documentação, organização da sociedade civil, localizada no bairro Cidade Dutra, com atuação na

área de educação e meio ambiente. Na Espaço atuou até 1994 como voluntário e assessorou diversos movimentos sociais, com destaque para o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova-SP), ajudando a implementar vários núcleos de alfabetização na zona Sul de São Paulo. Articulou também diversas iniciativas em defesa dos mananciais de São Paulo.

Com o encerramento das atividades do CEDI, em 1994, participou da fundação do Instituto Socioambiental (ISA), do qual foi secretário executivo a partir de 1999. Também coordenou ações e projetos de assessoria e capacitação em gestão administrativa para diversas organizações indígenas como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) com sede em São Gabriel da Cachoeira (AM), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), e a Associação Terra Indígena do Xingu (Atix).

Entre 1999 e 2001, coordenou o Projeto de Manejo Florestal Xikrin do Cateté desenvolvido pelo ISA com os índios Xicrin do Cateté, no município de Parauapebas (PA), tendo sido o primeiro projeto de manejo florestal em Terra Indígena no Brasil.

Em 2004, passou a coordenar o Programa Vale do Ribeira do ISA – cargo que ocupou até março de 2014 – Nilto Tatto enfrentou o desafio de dar visibilidade à luta das comunidades quilombolas e de articular a implantação de políticas voltadas à manutenção da rica diversidade da região que possui menor IDH do Estado.

Em 2009, Nilto Tatto recebeu o Prêmio Dorothy Stang de Direitos Humanos, na categoria humanidade por sua atuação em projetos de alternativas econômicas sustentáveis e geração de renda junto às comunidades quilombolas no Vale do Ribeira.

Ao longo de sua trajetória, ministrou palestras em diversas partes do Brasil, Europa, África e América Central e Estados Unidos, tendo também, atuado junto a comunidades tradicionais de Angola.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A experiência da atuação na sociedade civil nos dá a certeza de que Nilto Tatto na Câmara Federal contribuirá para avançarmos em direção a um Brasil mais justo e sustentável.

Nilto foi eleito deputado federal com 101.196 votos.

Em 2015 atuou nas comissões de:

1. Titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
2. Titular da Comissão de Desenvolvimento Urbano
3. Titular da Sub Comissão de Habitação de interesse Social
4. Titular da Comissão de Legislação Participativa
5. Titular da Comissão Mista de Orçamento
6. Titular da CPI destinada a investigar maus-tratos de animais, recomendando criar políticas para diminuir os atropelamentos de animais silvestres nas estradas e ferrovias. Todo ano morrem 500 milhões de animais atropelados no país.
7. Titular das Comissões Especiais destinadas a analisar temas ou projetos de legislação específicos:
 - Marco Regulatório das ONGs (MP 826)
 - Demarcação de Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação (PEC 215)
 - Lei de proteção de cultivares (PL 827/2015)
 - Efeitos da Crise Hídrica no Brasil
 - Código de Mineração (PL 37/2011)
 - Mineração em Terras Indígenas (PL 1610/1996)
 - Destinação de recursos do imposto sobre combustíveis para os municípios e para subsidiar tarifas de transporte coletivo para população de baixa renda (PEC 179-A de 2007, de autoria de Jilmar Tatto)

Em 2016, Nilto Tatto faz parte das seguintes Comissões:

1. Titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
2. 2º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania

3. Titular na CPI Funai-Incra
4. Suplente da Comissão de Desenvolvimento Urbano
5. Titular na Comissão Especial sobre a PEC da CIDE
6. Titular na Comissão Especial sobre a Lei de Cultivares
7. Suplente na Comissão Especial sobre veículos movidos a diesel

Nilto Tatto também participa ativamente do Núcleo Agrário da bancada do PT e das reuniões da Frente Parlamentar Ambientalista; coordena o Núcleo de Meio ambiente da bancada do PT; coordena da Frente Parlamentar em Defesa das Organizações da Sociedade Civil e faz parte da Frente Parlamentar em Defesa dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Projetos de autoria do Deputado Nilto Tatto

1. PDC-407/2016

Autores: Nilto Tatto - PT/SP, Marcon - PT/RS.

Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 185, de 13 de maio de 2016, do Ministério das Cidades, que revoga a Portaria Ministerial nº 178, de 11 de maio de 2016 "que dispõe sobre as condições para habitação e requalificação de entidades privadas sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida."

2. PDC-408/2016

Autores: Nilto Tatto - PT/SP, Marcon - PT/RS.

Ementa: Susta os efeitos da Portaria nº 186, de 13 de maio de 2016, do Ministério das Cidades, que revoga as Portarias Ministeriais nº 173, de 10 de maio de 2016 e nº 180, de 12 de maio de 2016, da Secretaria Nacional de Habitação, "que divulgam propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social."

3. PL-4485/2016

Autor: Nilto Tatto - PT/SP.

Ementa: Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Explicação: Inclui cobertura de exames, diagnósticos e tratamentos de epidemias de dengue, chikungunya e zika.

4. Emenda apresentada à Lei de Diretrizes Orçamentárias – Programa 2033 Energia Elétrica.

Autor: Nilto Tatto - PT/SP.

Ementa: Projeto Energia Solar em Prédios Públicos. Prevê a aquisição e instalação de sistemas de geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica em equipamentos e prédios públicos.

5. INC-1361/2015

Autor: Nilto Tatto - PT/SP.

Ementa: Sugere ao Ministério do Meio Ambiente a criação do Programa de Aquisição de Sementes e Mudas Nativas bem como sementes Crioulas dos Povos e Populações Tradicionais e Agricultores Familiares.

6. INC-533/2015

Autor: Nilto Tatto - PT/SP.

Ementa: Sugere ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a criação do Programa de Aquisição de Sementes e Mudas Nativas bem como sementes Crioulas dos Povos e Populações Tradicionais e Agricultores Familiares.

7. PDC-242/2015

Autores: Sarney Filho - PV/MA, Ricardo Tripoli - PSDB/SP, Daniel Coelho - PSDB/PE, Edmilson Rodrigues - PSOL/PA, Arnaldo Jordy - PPS/PA, Átila Lira -

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

PSB/PI, Rodrigo Martins - PSB/PI, Nilto Tatto - PT/SP, Carlos Gomes - PRB/RS, Augusto Carvalho - SD/DF.

Ementa: Susta a aplicação da Portaria Interministerial nº 192, de 5 de outubro de 2015, dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do Meio Ambiente.

8. PL-3280/2015

Autores: Nilto Tatto - PT/SP, Leonardo Monteiro - PT/MG.

Ementa: Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências

Projetos relatados pelo Deputado Nilto Tatto (de autoria de outros deputados)

9. PL-1195/2015

Ementa: Institui o "Projeto nasce uma criança, planta-se uma árvore" que dispõe sobre medidas para a promoção, preservação do meio ambiente e educação ambiental por meio do plantio de uma muda de árvore, ornamental ou frutífera, a cada registro de nascimento de criança na Rede Pública de Saúde do Município.

10. PL-3440/2015

Ementa: Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências, prevendo a implantação de espaço destinado a inclusão sócio-produtiva nos empreendimentos do MCMV.

11. PL-1687/2015

Ementa: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade.

12. PL-1548/2015

Ementa: Dispõe sobre a criação, gestão e manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, e dá outras providências.

13. PL-1176/2015

Ementa: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para disciplinar a prescrição de produtos destinados ao tratamento de culturas com suporte fitossanitário insuficiente.

14. PL-1073/2015

Ementa: Acrescenta o § 4º ao art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de dezembro de 1998 - Lei de Crimes Ambientais - para dispor sobre o crime de poluição sonora.

15. PL-6559/2013

Ementa: Dispõe sobre as atividades relativas a geração, transporte, filtragem, estocagem e geração de energia elétrica térmica e automotiva com biogás, e dá outras providências.

16. PL-6176/2013

Ementa: Institui a Política Nacional de Incentivo à Formação de Bancos Comunitários de Sementes e Mudas de Variedades e Cultivares Locais, Tradicionais ou Crioulos.



Brasília

Câmara dos Deputados

anexo III gab. 267 Pça. dos Três Poderes

CEP 70160-900 Brasília - DF

Fone: 61 3215-3267 / 3215-5267

São Paulo

Rua Rego Freitas, 454

9º andar - conj. 93 - Vila Buarque

CEP: 01220-010 São Paulo - SP

Fone: 11 3129-7492

 facebook.com/niltotattosp

 twitter.com/niltotatto

 dep.niltotatto@camara.leg.br

 www.niltotatto.com.br